

## Desenvolvimento e políticas sociais

16-Fev-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Â

A imprensa regional tem feito eco de depoimentos em torno do PIDAC, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da AdministraçÃo Central. Dirigentes distritais do partido no poder e da oposiçÃo de direita desdobram-se em declaraçÃes sobre o significado das verbas atribuÃdas. O PS desvalorizou o impacto da magra fatia inscrita para o distrito de Viseu, No PSD, Fernando Ruas apelidou-o de programa virtual, ao passo que Almeida Henriques enfatizou a discriminaçÃo do distrito. Hlder do Amaral, por seu turno, afirmou que tudo nÃo passa de fumaça, de pretexto para tempo de antena!

Mas se Ã© certo que as verbas atribuÃdas aos distritos do interior conheceram uma drÃstica diminuÃo, a verdade Ã que o PIDDAC, sÃ por si, nÃo resolve o problema das assimetrias regionais e das desigualdades sociais decorrentes das polÃticas neoliberais do poder central que se tÃam traduzido num verdadeiro interioricÃdio.

Neste contexto, assume particular relevÃncia a adopçÃo de medidas de carÃcter social que respondam ao agravamento das condiçÃes de vida de sectores mais fragilizados da populaçÃo.

Â

Face Ã crescente desertificaçÃo e envelhecimento da populaçÃo, e consequente procura de admissÃo a equipamentos sociais, deveria o Estado responder com medidas tendentes a assegurar o acesso a uma protecçÃo social que garantissem a equidade e a justiça social! Â Â

Â Mas a realidade Ã outra! O peso da resposta pÃblica no conjunto de equipamentos sociais Ã manifestamente residual, e a esmagadora maioria das novas respostas sociais sÃo desenvolvidas por instituiçÃes da rede solidÃria. Esta transferÃncia da responsabilidade do Estado nas Ãreas sociais para as instituiçÃes particulares, afecta sobretudo os cidadÃos mais vulnerÃveis que deveriam ser os principais beneficiÃrios destes equipamentos.

Na semana passada ocorreu, no concelho de Viseu, um episÃdio dramÃtico que nos convoca a uma reflexÃo sobre esta problemÃtica.

Uma mulher de 82 anos, que sofria da doença de Alzheimer, morreu, em sua casa, em Corvos Ã Nogueira, concelho de Viseu, vÃtima de um incÃndio cujas causas, tanto quanto sabemos, nÃo foram, determinadas. Morreu, como viveu, sozinha, como tantos outros idosos!Â

O Comandante dos bombeiros municipais, visivelmente perturbado, manifestou a sua estranheza perante o facto de alguÃm, naquelas condiçÃes, viver sozinho.Â

NÃo temos conhecimento das circunstÃncias concretas que rodearam este trÃgico acidente, mas conhecemos os contornos gerais da realidade que empurra muitos idosos para situaçÃes de risco.

As alteraçÃes no tecido social e familiar, a desertificaçÃo do interior e a crescente pressÃo laboral que pesa sobre os trabalhadores, chamados, mais uma vez, a pagar a factura da crise, coloca muitas

famílias perante a impossibilidade de assegurarem um apoio eficaz aos seus idosos. Esta nova realidade convoca o poder central e o autárquico a assumirem uma responsabilidade acrescida no apoio a este sector da população.

Acontecimentos dramáticos como este vão acrescentar razões à nossa razão. É imperativo assegurar a justiça social no acesso a diversos equipamentos. Esta garantia de acesso, em função de princípios de direito social e de critérios de necessidade, deve constituir o pilar de uma política pública de protecção social e de apoio aos mais fragilizados.

Aconteceu há dias, mesmo aqui ao lado. Podia ter sido em qualquer outro lugar do país!

Maria da Graça Marques Pinto